



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada, para prestação de serviços de arbitragem, nas diversas modalidades esportivas a serem realizadas pelo Município, através da Gestão Municipal de Esportes, contendo árbitros e mesários os quais atuarão nas competições organizadas e/ou patrocinadas pela administração, conforme as especificações constantes na tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1710	Contratação de Empresa para Fornecimento de Arbitragem de Futebol de Campo 01- Árbitro principal, 02- Assistentes de arbitragem (bandeirinhas) 01- Quarto árbitro:	Serviço	40	683,33	R\$27.332,20
18990	Contratação de Empresa para Fornecimento de Arbitragem de Futsal 02- Árbitros principais, 01- Mesário:	Serviço	120	383,66	R\$46.039,59



18993	Contratação de Empresa para Fornecimento de Arbitragem de Vôlei 02- Árbitros principais, 01- apontador:	Serviço	60	370,33	R\$22.219,80
199341	Contratação de Empresa para Fornecimento de Arbitragem de Handebol 02- Árbitros principais, 01- Mesário:	Serviço	25	3573,33	R\$8.833,25
259648	Contratação de Empresa para Fornecimento de Arbitragem de Futebol Society 02- Árbitros principais, 01- Mesário:	Serviço	25	390,33	R\$9.758,25
259649	Contratação de Empresa para Fornecimento de Arbitragem de Basquetebol 02- Árbitros principais, 01- Mesário:	Serviço	25	390,33	R\$9.758,25



	TOTAL	Serviço			R\$123.942,34
--	-------	---------	--	--	---------------

1.2 Na forma exigida pelo Art. 19, §2º da Lei n.º 14.133/2021, cumpre esclarecer que não foi utilizado o Catálogo Eletrônico de Padronização, instituído por meio da Portaria SEGES/ME n.º 938, de 02 de fevereiro de 2022, tendo em vista que, até o presente momento, não consta no referido catálogo o serviço/produto acima descrito;

1.3 A contratação pretendida está contemplada no Plano de Contratações Anual do presente ano sob o registro de nº 080, estando prevista para o dia 01/02/2026.

1.4 Nos termos do art. 48, inciso I, da Lei complementar 123/2006, os itens cujo valor estimado seja até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) serão destinados à participação exclusiva de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP).

2. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

2.1 O custo estimado total da contratação é **de R\$ 123.942,34** (cento e vinte e três mil, novecentos e quarenta e dois reais e trinta e quatro centavos).

3. VIGÊNCIA

3.1 A duração da vigência do contrato será de 01 ano.

3.2 Há possibilidade de prorrogação?

() Não. Em razão de: _____

(X) Sim. O contrato poderá ser prorrogado por até 01ano, nos termos da Lei 14.133/2021.

4. FUNDAMENTO E JUSTIFICATIVA ACERCA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO



- 4.1 A Secretaria Municipal de Esportes justifica para os devidos fins que o pedido de abertura de processo licitatório para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de arbitragem tem como objetivo atender as demandas do calendário esportivo. Estão previstos campeonatos de futsal, futebol de campo, futebol society, basquete, voleibol, handebol, a confirmar de acordo com a disponibilidade de datas. Sendo assim a arbitragem qualificada é de extrema importância para o bom andamento das competições
- 4.2 Almeja-se a realização de eventos que promovam o esporte e o lazer de maneira pacífica, justa com eventos bem organizados e assim o município possa promover o Esporte, uma vez que o mesmo não dispõe de mão de obra qualificada em seu quadro.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

- 5.1 O presente processo licitatório tem por objeto a **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de arbitragem esportiva**, para atendimento às demandas dos campeonatos, torneios e eventos esportivos organizados e promovidos pelo **Município de Coromandel-MG**.
- 5.2 A solução contempla a disponibilização de profissionais qualificados e devidamente capacitados para atuar como árbitros, assistentes, mesários, anotadores e demais funções necessárias à condução dos jogos, abrangendo as seguintes **seis (6) modalidades esportivas: futebol de campo, futsal, vôlei, handebol, Futebol Society e basquetebol**.
- 5.3 A prestação dos serviços inclui a atuação técnica e imparcial dos profissionais, observando as regras oficiais de cada modalidade e os regulamentos específicos definidos pela Secretaria Municipal de Esporte, garantindo a lisura, disciplina, organização e regularidade dos eventos esportivos.
- 5.4 A empresa contratada será responsável pela disponibilização da equipe de arbitragem devidamente uniformizada, com materiais próprios (apitos, cartões, cronômetros, súmulas, pranchetas, etc.), além da

gestão administrativa necessária, como elaboração de escalas, controle de frequência e emissão de relatórios de prestação dos serviços.

- 5.5 O procedimento licitatório será realizado na modalidade: **Pregão Eletrônico, conforme**, do tipo **menor preço por item**, conforme previsão da **Lei Federal nº 14.133/2021** e demais normas aplicáveis, observando os princípios da isonomia, eficiência, competitividade e interesse público.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 6.1 Disponibilizar profissionais devidamente qualificados, com conhecimentos atualizados nas regras oficiais de cada uma das modalidades esportivas abrangidas, sendo elas: **futebol de campo, futsal, vôlei, basquete, handebol e futebol society** (ou conforme especificado no edital).
- 6.2 Comprovar, no momento da habilitação, experiência mínima na prestação de serviços de arbitragem esportiva, por meio de atestados de capacidade técnica emitidos por entes públicos ou privados.
- 6.3 Disponibilizar, sempre que solicitado, equipe completa composta por: Árbitro principal; Árbitros assistentes (quando aplicável à modalidade); Mesários e anotadores (quando aplicável).
- 6.4 Assegurar a presença dos profissionais no local, data e horário previamente definidos pela Secretaria Municipal de Esporte, com antecedência mínima de **30 (trinta) minutos** do início das partidas.
- 6.5 Apresentar escala de arbitragem previamente acordada com o órgão demandante, com identificação nominal dos profissionais designados para cada evento.
- 6.6 Fornecer os materiais necessários à execução dos serviços, tais como: apitos, cartões, cronômetros, bandeirinhas, pranchetas, súmulas, entre outros pertinentes às funções de arbitragem.
- 6.7 Estar regularmente constituída como pessoa jurídica, com objeto social compatível com a prestação de serviços de arbitragem esportiva.
- 6.8 Estar devidamente registrada no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), ativa e em situação fiscal regular.



- 6.9 Apresentar todos os documentos de habilitação exigidos na fase licitatória, conforme os arts. 62 a 69 da **Lei nº 14.133/2021**, abrangendo: Habilitação jurídica; Regularidade fiscal e trabalhista; Qualificação técnica; Qualificação econômico-financeira.
- 6.10 Cumprir rigorosamente as obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos profissionais disponibilizados, isentando o Município de qualquer vínculo empregatício ou responsabilidade solidária.
- 6.11 Assegurar que todos os profissionais de arbitragem estejam devidamente uniformizados e identificados durante os eventos.
- 6.12 Manter à disposição, durante todo o período de vigência contratual, quantidade suficiente de profissionais para atendimento das demandas, inclusive em situações de substituição por ausência, impedimento ou necessidade operacional.
- 6.13 Garantir atendimento adequado às orientações, solicitações e determinações da Secretaria Municipal de Esporte, responsável pela gestão dos eventos.
- 6.14 Apresentar relatórios periódicos ou por evento, contendo a relação dos jogos atendidos, nomes dos profissionais atuantes e eventuais ocorrências relevantes durante a prestação dos serviços.
- 6.15 O proponente deverá possuir equipe técnica suficiente para realizar arbitragem para as competições e eventos esportivos promovidos pela Gestão Municipal de Esportes, estando ciente de que os jogos de uma mesma modalidade poderão ser realizados na mesma data e em locais diferentes simultaneamente.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 7.1 Os A execução dos serviços ocorrerá nos locais, datas e horários previamente definidos pela Secretaria Municipal de Esporte, mediante comunicação formal à contratada, com antecedência mínima de 7 (sete) dias corridos.
- 7.2 Nessa comunicação constará a programação detalhada dos eventos, informando a modalidade esportiva, quantidade de partidas, local de realização, datas, horários e o quantitativo de profissionais necessários.



- 7.3 A contratada deverá garantir a prestação contínua, regular e ininterrupta dos serviços de arbitragem esportiva durante toda a vigência do contrato, de forma a assegurar o pleno atendimento das competições, campeonatos e demais eventos promovidos ou apoiados pelo Município de Coromandel.
- 7.4 Caberá à contratada adotar todas as providências necessárias para a disponibilização da equipe de arbitragem, incluindo eventuais substituições em casos de ausência, impedimento ou qualquer situação que comprometa a execução dos serviços, sem prejuízo para o andamento dos jogos.
- 7.5 A empresa deverá observar rigorosamente os cronogramas definidos, garantindo a presença pontual dos profissionais nos locais indicados, bem como a adequada execução dos serviços, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, conforme previsto no contrato e na legislação vigente.

8. MODELO DE GESTÃO E DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 8.1 A gestão do contrato será realizada pelo servidor Heberton Duarte de Sousa, conforme portaria nº 021 de 09 de setembro de 2024.
- 8.2 A fiscalização do contrato será realizada pelo servidor Guilherme Ramos
- 8.3 Os responsáveis pela gestão e pela fiscalização do contrato deverão observar as disposições constantes no Decreto Municipal 257 de 14 de novembro 2023.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

- 9.1 Recebimento do Objeto
- 9.1.1 Os serviços serão executados nas quadras, campos, estádios e ginásios do distrito urbano e rural de Coromandel, na data e horário constante na ordem de serviço a ser emitida pela contratante.
- 9.1.2 Os serviços deverão ser executados conforme a demanda do município, contados da emissão da ordem de serviço;
- 9.1.3 Após a execução do objeto, este será recebido provisoriamente pelo fiscal do contrato para posterior verificação de conformidade;



9.1.4 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem ônus para a Prefeitura Municipal de Coromandel.

9.1.5 O pagamento será realizado conforme os quantitativos de serviços realizados pela CONTRATADA, aceitos e aprovados pela fiscalização

9.2 Liquidação

9.2.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

9.2.2 O setor competente deverá verificar se na nota fiscal ou no instrumento de cobrança equivalente constam as informações necessárias para a liquidação da despesa.

9.2.3 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.2.4 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal e da documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.3 Prazo de pagamento

9.3.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

9.4 Forma de pagamento

9.4.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, em nome da empresa vencedora, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.



9.4.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.4.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1A empresa será selecionada por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ÍTEM.

11. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

11.1Ato Constitutivo;

11.2No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede ou;

11.3Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social - e alterações em vigor, devidamente registradas e arquivadas na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

11.4Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;

11.5Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

11.6Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br, ou;

11.7No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da



respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores, ou;

- 11.8 Certidão Simplificada, Ou Simplificada Digital da Junta Comercial, com data de emissão máxima de 90 (Noventa) dias, para fins de comprovação da condição de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP);
- 11.9 Prova de Inscrição no CNPJ. O documento deverá ser expedido no máximo 90 (Noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes;
- 11.10 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal em vigor;
- 11.11 Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT conforme lei 12.440, de 07 de julho de 2011, em vigor;
- 11.12 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, incluindo os Débitos Previdenciários, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, certidão negativa ou positiva com efeito negativa, em vigor;
- 11.13 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado, Certidão Negativa ou Positiva com efeito Negativa, em vigor;
- 11.14 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município, Certidão Negativa ou Positiva com efeito Negativa, em vigor;
- 11.15 Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Caso o documento não declare sua validade somente será aceito documento expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes;



- 11.16 Documento de identificação dos sócios da empresa com número do CPF e RG;
 - 11.17 Alvará de localização e funcionamento, com validade para o exercício 2026;
 - 11.18 Declaração expressa de que a licitante não emprega trabalhador nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, assinada por sócio, diretor ou procurador que tenha poderes para tal investidura
 - 11.19 Declaração de enquadramento de microempresa, empresa de pequeno porte, se for o caso;
 - 11.20 Declaração de atendimento pleno a todos os requisitos de habilitação;
 - 11.21 Declaração que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente deste órgão comprador, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau (Art. 14, IV da Lei Federal nº 14.133/21).
- 12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**
- 12.1 Providenciar as informações e documentos necessários à instauração e à adequada condução do procedimento arbitral, incluindo cópias de contratos, notificações e demais registros relevantes
 - 12.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a realização dos serviços com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
 - 12.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço fornecido, para que seja adequado e corrigido;
 - 12.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
 - 12.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;



12.6A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 13.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no instrumento convocatório, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 13.2 Efetuar a entrega do serviço em perfeitas condições, conforme especificações no Termo de Referência e seus anexos.
- 13.3 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 13.4 Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Prefeitura Municipal de Coromandel/MG;
- 13.5 Responder pelos danos causados diretamente a Prefeitura Municipal de Coromandel/MG; ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a prestação do serviço de arbitragem, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Prefeitura Municipal de Coromandel/MG;
- 13.6 Responder, ainda, por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade da Prefeitura Municipal de Coromandel/MG, quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante o fornecimento do produto;
- 13.7 Comunicar ao Serviço competente da Prefeitura Municipal de Coromandel/MG, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
- 13.8 Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e no ato da assinatura de contrato ou outro documento equivalente;



13.9A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciário, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste contrato.

13.10 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

13.11 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1O cometimento pela contratada de qualquer das infrações discriminadas no artigo 155 da Lei 14.133/21 acarretará, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

14.2Advertência por dar causa à inexecução parcial do contrato (Art. 155, inciso I, da Lei 14.133/21), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

14.3Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante, por qualquer das infrações constantes no artigo 155 da Lei 14.133/21.

14.4Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos incisos II a VII do artigo 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

14.5Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos incisos VIII a XII do artigo 155 da Lei 14.133/21, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

14.6Na aplicação das sanções serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida; as peculiaridades do caso concreto; as



circunstâncias agravantes ou atenuantes; os dados que dela provierem para o contratante; e a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.7 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§7º do art. 156, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.8 Antes de aplicar qualquer das penalidades acima elencadas deverá ser assegurado o contraditório e a ampla defesa à contratada, conforme o artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal e o artigo 158 da Lei 14.133/21.

15. DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

15.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o município convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

15.2 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

15.3 Na hipótese prevista no item anterior, o município convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

15.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o município procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

15.5 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao município a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

15.6 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória que demonstre a

inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

15.7 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo município e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

15.8 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o município convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

15.9 Se não obtiver êxito nas negociações, o município procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

15.10 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, município atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

16. ANÁLISE DE RISCO

Por se tratar de contratação de menor complexidade, esta Secretaria entende pela desnecessidade da Análise de Risco, nos termos da Lei 14.133/21.

17. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

17.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

17.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.



- 17.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 17.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 17.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 17.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 17.7 O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 17.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 17.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 17.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 17.11 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato inter operável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.



17.12 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

17.13 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

18. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

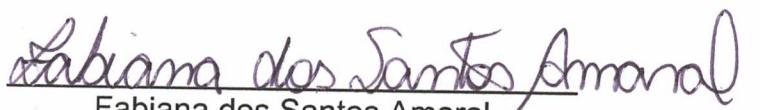
18.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município na seguinte dotação: Ficha 640 – 27 812. 0010 3.3.90.39.00.00


18.2 A despesa da presente contratação decorre de:

(X) Recurso Próprio.

() Outros: _____

Coromandel, 31 de março de 2026.


Fabiana dos Santos Amaral
Auxiliar Administrativo


Daniel Flávio Carneiro Cruvinel
Secretário Municipal de Esportes